



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ALDECI RAMOS

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL
NO ÂMBITO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINA
GRANDE - PB**

CAMPINA GRANDE – PB

2010

ALDECI RAMOS

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL
NO ÂMBITO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINA
GRANDE - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC
apresentado ao Curso de Serviço Social,
da Universidade Estadual da Paraíba –
UEPB, como exigência parcial para
obtenção de Título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof^a. MS. Adriana Freire Pereira
Férriz

CAMPINA GRANDE – PB

2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CIA1 – UEPB

R174c Ramos, Aldeci .

As condições de trabalho do assistente social no âmbito educacional no município de Campina Grande - PB./ Aldeci Ramos. – 2010.

60 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, 2010.

“Orientação: Profa. Ms. Adriana Freire Pereira Férriz, Departamento de Serviço Social”.

1. Serviço social. 2. Assistência social. 3. Trabalho e Educação. I. Título.

21. ed. CDD 361.61

ALDECI RAMOS

**AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL
NO ÂMBITO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINA
GRANDE – PB**

Aprovada em: 01 / 12 / 2010

Nota: 9,5

BANCA EXAMINADORA

Adriana Freire Pereira Férriz

Prof^a. MS. Adriana Freire Pereira Férriz

Orientadora

Terçália Suassuna Vaz Lira

Prof^a. MS. Terçália Suassuna Vaz Lira

Examinadora

Maria das Graças Cabral

Maria das Graças Cabral

(Assistente Social Educacional)

Examinadora

CAMPINA GRANDE – PB

2010

Dedico este trabalho à minha filha, Ananda Grazielle, que esta conquista alcançada apesar de tantos empecilhos que me foram impostos, te sirva de estímulo para alcançar os teus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que em sua infinita misericórdia, jamais me desamparou.

Aos meus pais, exemplos de força, virtude e determinação, nos mostrando que o único caminho para se alcançar o sucesso é o estudo. Apesar da sua situação de não alfabetizados, jamais admitiram que os seus filhos trilhassem o caminho da ignorância.

À minha filha, que suportou com carinho e compreensão a necessidade de mudar de cidade, respeitando a ausência e o cansaço da eterna dupla jornada como a minha mais fiel companheira.

Aos meus irmãos, sempre solícitos ao longo dessa jornada, sei que estão vibrando por eu ter escrito mais um capítulo na nossa história.

Aos meus amigos inesquecíveis, Iranete, Tatiana, Nalúcia, Eliene e Sebastião, meu apoio nos momentos difíceis que tive que superar para conseguir concluir este ciclo da minha vida.

Às amigas sinceras que construí ao longo dessa jornada, e que tenho certeza que não perecerá, Edilma, Joséilma, Virgínia, Geovânia, Carla, Raquel e Ednalva.

À Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Melquíades Vilar na pessoa de Maria Sileide Barreto Pinto, pelo incentivo a recuperar o tempo que julgava perdido.

À supervisora de estágio, Maria das Graças Cabral, pela forma de atuar com profissionalismo e ética, me influenciando de forma positiva na minha formação acadêmica.

Às minhas companheiras de estágio, Ednalva e Raquel, pelo companheirismo que compartilhamos e por terem tornado os dias mais leves com o seu bom – humor e irreverência.

À minha orientadora Adriana Freire, me orientando sempre com paciência e dedicação.

“CONFIE SEMPRE

“Não percas a tua fé entre as sombras do mundo. Ainda que os teus pés estejam sangrando, segue para a frente, erguendo-a por luz celeste, acima de ti mesmo. Crê e trabalha. Esforça-te no bem e espera dom paciência. Tudo passa e tudo se renova na terra, mas o que vem do céu permanecerá. De todos os infelizes os mais desditosos são os que perderam a confiança em Deus e em si mesmo, porque o maior infortúnio é sofrer a privação da fé e prosseguir vivendo. Eleva, pois, o teu olhar e caminha. Luta e serve. Aprende e adianta-te. Brilha a alvorada além da noite. Hoje, é possível que a tempestade te amarfanhe o coração e te atormente o ideal, aguilhoando-te com a aflição ou ameaçando-te com a morte. Não te esqueças, porém, de que amanhã será outro dia.”

(Chico Xavier)

LISTA DE SIGLAS

ABE (Associação Brasileira de Educação)

APP (Associação de Pais e Professores)

CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial Infantil)

CAS (Comissão de Assuntos Sociais)

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)

CNE (Conselho Nacional de Educação)

ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

GT (Grupo de Trabalho)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

LDB (Lei de Diretrizes e Bases)

LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)

MEC (Ministério da Educação e Cultura)

MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização)

PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania)

PPP (Projeto Político Pedagógico)

PSF (Programa da Saúde da Família)

SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial)

SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial)

SINE (Sistema Nacional de Emprego)

STTP (Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos)

TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)

RESUMO

O trabalho apresentado constitui-se na monografia de conclusão de curso de Serviço Social, tendo como objetivo central de pesquisa analisar as condições de trabalho do assistente social no âmbito educacional vinculados à rede municipal de ensino do município de Campina Grande-PB. A pesquisa foi realizada no período que compreende fevereiro a junho de 2010 e teve como objetivos específicos traçar o perfil dos assistentes sociais inseridos nesta realidade; conhecer as condições de trabalho que lhes são disponibilizadas; identificar as possibilidades apreendidas por estes profissionais no exercício da profissão; detectar o instrumental técnico-operativo utilizado na prática cotidiana. A pesquisa foi de cunho - qualitativo. Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada contendo 27 perguntas, aplicada a 08 (oito) Assistentes Sociais que fizeram parte de nossa amostra. No momento do tratamento e análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo com o intuito de desvendar o que estava explícito e implícito nas falas dos sujeitos da pesquisa. O resultado da pesquisa revela que as condições de trabalho do assistente social representam o principal entrave para o desempenho e qualidade do trabalho desenvolvido. Apesar das dificuldades impostas pelas precárias condições de trabalho desses profissionais, há o vislumbre de possibilidades de melhoria para a efetivação da prática. Vale salientar que os resultados ora apresentados são dados próximos da realidade, servindo como base para a compreensão da problemática em questão.

Palavras-chave: Serviço Social, Assistente Social, Educação e Trabalho.

ABSTRACT

The work presented is in the monograph of completion of Social Work, with the central goal of research examining the working conditions of the Social Worker in the educational tied to municipal schools in the city of Campina Grande-PB. The survey was conducted during the period covered February to June 2010 and aimed at specific profiling of Social Workers entered into this reality, to know the working conditions available to them, identify the opportunities seized by these professionals in the profession; detect the instrumental technical-operational use in daily practice. The research was of a quantitative and qualitative. To collect the data was used for semi-structured interview containing 27 questions, applied to 08 (eight) Social workers who were part of our sample. Upon processing and data analysis technique was used content analysis in order to unravel what was explicit and implicit in the statements of the research subjects. The research result shows that the working conditions of Social Work are the main obstacle to the performance and quality of their work. Despite the difficulties imposed by the precarious conditions of work of professionals there to see possibilities for improvement for effective practice. It is noteworthy that the results presented here are given close to reality as a basis for understanding the relevant issue.

Keywords: Social Work, Social Worker, Education and Labor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	----

CAPITULO I

1. A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: DA COLONIZAÇÃO A ATUALIDADE	14
1.1. Primórdios da Educação no Brasil	15
1.2. A inserção do Serviço Social no cenário educacional	24

CAPÍTULO II

2. DISCUTINDO O TRABALHO NA SOCIEDADE	32
2.1. O trabalho nas formações pré-capitalistas	33
2.2. O trabalho no sistema capitalista	36
2.3. Ser ou não ser? A discussão acerca da relação entre trabalho e Serviço Social	40

CAPÍTULO III

3. A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS: PROCESSO DE TRABALHO	46
3.1. Contextualização da Pesquisa: o lugar e os sujeitos	47
3.2. As Condições de Trabalho do Assistente Social no âmbito educacional no município de Campina Grande - PB	49
APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS	58
REFERÊNCIAS	60

APÊNDICES

ANEXOS

INTRODUÇÃO

A motivação para desenvolver este trabalho surgiu a partir da nossa inserção no campo de estágio (março de 2009 a julho de 2010) na Escola Municipal Fernando Cunha Lima, no bairro Jeremias, em Campina Grande-PB, sob a supervisão da assistente social educacional Maria das Graças Cabral. A receptividade em relação às estagiárias foi satisfatória por parte de toda a comunidade escolar. A gestora da escola demonstrou flexibilidade e abertura de modo a possibilitar as intervenções cabíveis e incorporando ao calendário escolar as atividades por nós propostas no tocante a implementação do projeto de intervenção, quanto a supervisora de campo, desde o primeiro dia nos disponibilizou os instrumentos técnico operacionais aos quais usa na sua prática cotidiana, nos dando autonomia para tomarmos as iniciativas cabíveis, bem como acompanhá-la durante as visitas domiciliares, nos pondo em contato direto com as demandas dos usuários.

A relação com os demais membros da comunidade escolar se deu de forma transparente, não nos sendo imposto nenhum empecilho para a efetivação da nossa experiência.

Após o momento da observação da prática profissional da supervisora de campo percebemos a importância da inserção do assistente social no campo educacional e nos despertou o interesse de investigar como está formatada essa prática em toda a rede municipal de ensino, e, principalmente, identificar e analisar as condições de trabalho que esses profissionais dispõem para desenvolver o seu fazer profissional.

Encontramos justificativa para este estudo no fato de as leis, que se referem à educação no Brasil: Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e, de forma específica, o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), implementadas a partir da Constituição Federal de 1988, asseguram uma educação igualitária e prevêm alterações significativas para o ensino brasileiro, promovendo a inclusão de crianças e adolescentes e vislumbrando a implementação de ações sócio-educativas no cotidiano da comunidade escolar.

Dentro deste contexto de equidade social se faz necessário a inserção de um apoio técnico apto a apreender as complexidades deste processo. Com isso, alguns

municípios brasileiros, dentre eles o de Campina Grande, mesmo sem a existência de uma lei federal que garanta a inserção do assistente social na educação, passa a contratar equipes multiprofissionais para o melhoramento da efetivação do direito à educação, dentre estes profissionais encontra-se inserido o assistente social.

Compete ao assistente social atuar na dimensão sócio-educacional, no intuito de formular e implementar propostas para o enfrentamento das inúmeras expressões da questão social que estão refletidas no âmbito educacional.

Apesar da prática do assistente social na educação não ser recente, a produção teórica acerca desse tema é escassa. Por isso, acreditamos que nosso estudo apresenta-se como relevante para a categoria, por ser passível de produção de bibliografia capaz de embasar discussões futuras no aprimoramento da prática cotidiana. E, por possibilitar aos profissionais da prática uma reflexão sobre o seu fazer profissional e as condições de trabalho que lhes são impostas.

Os objetivos deste estudo foram de analisar as condições de trabalhos que os profissionais dispõem, de traçar o perfil dos assistentes sociais que se encontram inseridos na área educacional, e verificar as limitações e as possibilidades de atuação destes profissionais.

Sendo o Serviço Social uma profissão de cunho generalista, o produto final deste estudo não ficará limitado à área da educação, tendo em vista que as reais condições de trabalho ofertadas perpassam todas as áreas, esta é uma problemática latente no tocante a efetivação da prática cotidiana do profissional em questão. Este fato ficou perceptível como nos mostra a fala de uma profissional entrevistada “[...] isso é da conjuntura, que eu vejo que perpassa todas as áreas, saúde, educação, assistência, eu vejo isso muito, em todas as áreas mesmo, não é só na educação [...]”.

A metodologia utilizada foi de um estudo exploratório, descritivo e analítico, de cunho qualitativo, tendo em vista que o objetivo foi coletar dados e opiniões do profissional em questão, além de ter traçado o perfil destes. A amostra foi composta por 10% dos profissionais que se encontram atuando no âmbito municipal. Os dados foram coletados através de entrevistas semi-estruturadas, sendo utilizado o gravador mediante autorização dos entrevistados. Para a análise de dados foi utilizada a

técnica de análise de conteúdo, pois esta permite uma compreensão crítica dos dados obtidos.

Conforme prevê a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos, foi assegurado o sigilo das informações coletadas, bem como o anonimato dos entrevistados, informações que só foram coletadas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), estabelecendo acessibilidade aos objetivos e resultados da pesquisa.

O Trabalho de Conclusão de Curso possui três capítulos e está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, fizemos a trajetória da política de educação no Brasil, contextualizando-a desde a colonização até os dias atuais.

No segundo capítulo, refletimos sobre o processo de trabalho na sociedade a partir de uma perspectiva histórica e nos detivemos a discussão acerca da relação entre trabalho e Serviço Social.

No terceiro capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa, fazendo um estudo destes dados pautados nas bibliografias que fundamentam a profissão.

Esperamos que este trabalho venha contribuir com a reflexão sobre a temática em questão, tendo em vista a relevância do tema frente aos desafios postos a esse profissional para a efetivação de sua prática.

CAPÍTULO I:
A TRAJETÓRIA DA POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO NO BRASIL: DA
COLONIZAÇÃO À ATUALIDADE

1.1 Primórdios da educação no Brasil

“Democracia com fome, sem educação e saúde para a maioria, é uma concha vazia.”

(Nélson Mandela)

A história da educação brasileira começa a se desenhar a partir da colonização em suas terras no período que compreende 1500/1889. A educação escolar da época era ministrada pelos Jesuítas, tinha como característica métodos pedagógicos rígidos, uma educação destinada a formar um pequeno grupo de instruídos. O intuito dos Jesuítas era converter os nativos indígenas, impedir que os colonos se desviassem da fé católica e alcançar os objetivos da colonização portuguesa, que era a exploração das riquezas brasileiras.

À medida que catequizavam e ensinavam, os Jesuítas iam expandindo a civilização. Seus colégios eram centros de irradiação social, econômica e espiritual. No princípio a educação não apresenta uma meta prioritária. Sob sua influência os índios começaram a perder seus hábitos primitivos, aprenderam as técnicas da agricultura, construíram casas, constituíam famílias, viviam dentro dos princípios da moral cristã, abandonando os seus costumes e tradições.

Durante mais de 200 anos, os Jesuítas promoveram a educação cristã no Brasil, apoiados oficialmente pela Coroa Portuguesa, nos deixando um legado no sistema educacional, da forte presença da Igreja Católica (as escolas católicas continuam sendo consideradas as melhores no Brasil). Em 1759 este ciclo foi rompido com a expulsão dos Jesuítas do país, um dos motivos foi a formação educativa confessional.

Conforme Aranha (1996) os Jesuítas organizaram, no século XVI, uma educação estruturada em três cursos: letras humanas (grau médio), estabelecido para formar os humanistas com o ensino voltado ao latim e a gramática para os meninos brancos e mamelucos; filosofia e ciências ou artes (grau superior) oferecido

para formar o filósofo; e, por fim teologia e ciências sagradas (também de grau superior), ensino direcionado para a formação de padres e mestres, os teólogos.

Com a chegada da família real ao Brasil se fez necessário tomar inúmeras medidas no sentido de prover o país de recursos capazes de subsidiarem aos desejos da família monárquica. Dentre as providências tomadas, houve a implantação de Academias Militares, Escolas de Direito e de Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico, a Imprensa Régia.

O objetivo deste aparato era o de formar a elite que viria a ser a classe dirigente do Brasil. A prioridade educacional desta época era de assegurar ensino secundário e superior a poucos.

Os jovens poderiam optar em seguir carreiras profanas. Aqueles que pertenciam às famílias ricas e tinham intenção de seguirem as carreiras profanas, deveriam encaminhar-se para estudar fora do país, nas universidades européias, caso contrário, estudariam teologia no Brasil.

Enquanto isso a população mais carente, desprovidas de dinheiro para pagar uma universidade fora do país, ficava restrito ao ensino religioso e ao conteúdo elementar da leitura e da escrita. Pode-se caracterizar a educação, nesse período, como meio importante de subordinação e de domínio político.

Os alunos que se deslocaram do país para cursar uma universidade europeia, tiveram a oportunidade de conhecerem outra cultura, alargando os seus horizontes e se adaptando a fase pré-capitalista, instaurando um clima de insatisfação religiosa. Os estudantes quando regressaram vinham com ideias iluministas no desejo de ver a colônia independente.

Para Aranha (1996), o iluminismo é um período rico em reflexões pedagógicas, focada na tentativa de tornar a escola leiga e comum a todos os cidadãos, uma educação a qual não prevaleça a diferença de ensino, isto é uma escola para o povo e outra para a burguesia.

Na data de 25 de março de 1824, o Brasil experimenta a Primeira Constituição de nossa história e a única do Período Imperial, outorgada por D. Pedro I.

Um fato que merece destaque em relação ao estudo desse documento está relacionado ao Ato Adicional a Constituição, uma emenda de número 14 ocorrida no ano de 1834, esta lei descentralizou o poder e garantiu uma relativa economia às províncias, estas ficaram designadas a cuidarem da escola elementar (hoje chamada Educação Básica, atende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio). As províncias não possuíam nenhum tipo de estrutura financeira e técnica para custear a educação. Instituiu-se então uma educação precária e fragmentada. Sem disponibilizar de recursos, as províncias ofereciam baixos salários aos professores de modo que, esses educadores eram na maioria incapacitados para ministrarem um ensino qualificado.

Com o fim do período monárquico¹ devido a conquista da independência, é que começaram a surgirem as primeiras ideias de educação popular e educação secular, despontando as primeiras instituições de tal natureza. Com a Proclamação da República em 1889, a vida social, política e econômica do país é influenciada pelo positivismo. O país passa então, pela Reforma Educacional promovida por Benjamin Constant², que se torna um marco da época, por despontar com os princípios de liberdade, laicidade e gratuidade da escola primária.

No século XX, com a introdução do modo de produção capitalista e em plena industrialização do país, é possível observar que o Brasil continua com o seu sistema educacional atrasado, cada vez mais seletivo e, portanto antidemocrático. Nas primeiras décadas deste século a educação torna-se o centro do debate, passando a ser vista como uma questão social. O principal objetivo desta época era de escolarizar a massa mediante campanhas de alfabetização.

Depois da Primeira Guerra Mundial, surge uma corrente de opinião que pleiteiam não uma educação popular, mas a alfabetização do povo brasileiro, mediante a instituição de escolas nos moldes de países desenvolvidos. Só que a realidade do país não condiz com essas reivindicações.

Nesse contexto é fundada no ano de 1924 a Associação Brasileira de Educação (ABE) que realiza várias conferências nacionais, contudo, só a partir de

¹ Estado brasileiro que compreende de 1822 a 1889, teve início após a declaração da Independência do Brasil.

² Um dos fundadores da República e grande divulgador do positivismo no Brasil, com a queda da monarquia integrou o governo provisório.

1931 e 1932 é que as reformas abrangem o âmbito nacional, dentre estas, vale salientar a Reforma Francisco Campos³, então Ministro da Educação e Saúde, divide o ensino secundário, por meio do Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931 em dois ciclos: um fundamental de cinco anos e outro, complementar de dois anos. Esta última visando à preparação para o curso superior.

As novas reformas educacionais concediam espaço para uma nova proposta pedagógica, por parte de alguns teóricos intelectuais da época. Segundo o movimento denominado por Escolas Novistas, para resolver diversos problemas da sociedade bastava o governo garantir educação de qualidade para todos. Esses inseriram o pensamento liberal democrático consagrando a consciência de princípios educativos fundamentados na laicidade, gratuita e obrigatoriedade reconhecida como função social e pública devidamente oferecida pelo Estado, além de terem contribuído para a elaboração de uma nova proposta pedagógica, que criticava o ensino tradicionalista vinculado a visão moral cristã, abraçando a remodelação do ensino brasileiro, uma educação voltada para a relação mais intensa entre o professor e o aluno.

Este movimento surgiu em forma do Manifesto dos Pioneiros da Educação, este documento tornou-se o marco inaugural do projeto de reforma educacional, pois foi lançado em pleno processo de reordenação política do país, em 1932, expressando a visão de um segmento da elite intelectual⁴ que vislumbrava a organização da sociedade brasileira a partir da educação.

Este movimento foi alvo de duras críticas por parte da Igreja Católica que nesta conjuntura era um forte concorrente do Estado, pois detinha sobre o seu poder uma significativa parcela da rede privada.

No ano de 1934⁵, o ensino religioso se torna facultativo, ocorre a laicização do ensino

³ Primeira reforma educacional de caráter nacional realizada no início da Era Vargas (1930/1945) sob o comando do então Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos.

⁴ Dentre alguns desses teóricos, segundo Aranha (1996), destacam-se o filósofo Anísio Teixeira, o sociólogo Fernandes de Azevedo, Hermes Lima, Cecília Meirelles, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Delgado de Carvalho etc.

⁵ A Constituição Brasileira de 1934 foi redigida para organizar um regime democrático que assegure a nação, a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico.

Neste período o sistema educacional passa por expressivas modificações. A educação superior brasileira recebe a definição de modelo de universidade a ser adotado no Brasil, o Estatuto das Universidades Brasileiras, subseqüentes ao fato, são regulamentados dois decretos leis: o da criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e o da Organização da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) o objetivo deste, era definir os moldes para o ensino nas diversas faculdades do país.

Com a Constituição de 1937, as conquistas garantidas pela Constituição anterior perderam força, e agora a orientação político-educacional aponta para a preparação técnica de mão-de-obra direcionada para atender as demandas do mercado.

A educação passa a ser artigo de consumo e investimento, habilitando trabalhadores para garantir a mão-de-obra necessária e é utilizado como mecanismo de regulação para a satisfação das necessidades de mercado.

Esta Constituição veio a demarcar o trabalho intelectual, como privilégio das classes mais favorecidas e o trabalho manual aos mais carentes.

Para a efetivação desta prática em 1942 foi criado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), capacitando mão-de-obra industrial.

Em 1946, é inaugurado o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), este custeava a formação para o comércio.

Ainda neste ano acontece a reforma do Ensino Primário, pelo Decreto Lei nº 8. 529, a partir deste, o ensino primário compreenderão duas categorias: o Ensino Primário Fundamental, destinado a criança de sete a doze anos e o Ensino Primário Supletivo, destinado aos adolescentes e adultos, possibilitando a diminuição do analfabetismo.

Com a promulgação da nova Constituição, ainda neste ano, reiniciaram-se os debates em torno de uma política educacional, norteado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBNE), que se prolongou até 1961, quando finalmente ela foi sancionada. A LDBNE estabeleceu que o ensino no Brasil viesse a ser ministrado tanto pelo poder público como pelo privado, em todos os níveis, esta

lei tornou-se, portanto, a medida mais importante pelo Estado em relação á política dessa época.

As discussões em torno dessa lei conscientizaram o poder político sobre os problemas educacionais, já que o sistema educacional fazia parte das plataformas políticas nas campanhas eleitorais neste período. Foi considerado o período de redemocratização da educação, com um viés desenvolvimentista, quando ocorreram inúmeras campanhas no intuito de erradicar o analfabetismo no país, utilizando a massificação da escolarização.

O Ministério da Educação e Cultura, no ano de 1962, cria o Plano Nacional de Educação e Cultura e o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos. Merece destaque as contribuições do pedagogo Paulo Freire⁶, que demonstrou grande interesse pela educação popular, desenvolveu procedimentos norteadores para a implementação desse programa de alfabetização.

Com o período ditatorial em 1964, o processo de democratização pelo o qual o país passava foi bruscamente interrompido, todas as conquistas obtidas no sistema educacional brasileiro passa por refrações, com o exílio dos mais politizados, universidades fechadas, em um caráter antidemocrático, o movimento dos estudantes foi calado e oprimido. Neste período Paulo Freire foi, entre inúmeros, também exilado, tendo suas atividades interrompidas durante quatorze anos, só que esta condição de exilado não o impediu de continuar propagando no exterior seu método de alfabetização aos adultos.

O seu método contribuiu para a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1969, eram cursos de alfabetização para a população urbana na faixa etária de 15 a 35 anos, um programa a nível nacional, foi concebido como condição para extinguir o analfabetismo. Perdurou até o ano de 1985 quando veio a ser extinto, por denúncias de corrupção sendo substituído pela Fundação Educar.

Este método foi o princípio da prática de educação para adultos, aparentemente despolitizada, no entanto, a serviço da política de dominância, mas o

⁶ Estudioso, ativista social e trabalhador cultural desenvolveu, mais do que uma prática de alfabetização, uma pedagogia crítico liberadora.

seu idealizador, Paulo Freire, faz a denúncia dos usos políticos da educação opressora e cuja prática converte o trabalho pedagógico do educador em prol do trabalho político.

A política educacional dos anos 1970 veio repercutir nos anos 1980 de forma substancial. A deterioração da qualidade do ensino, das condições de trabalho dos professores, a alta evasão e a manutenção do analfabetismo, eram evidências de que todo o sistema educacional precisava ser revisto e que novas propostas deveriam ser pensadas.

No ano de 1990, logo após o presidente Fernando Collor de Mello⁷ tomar posse a Fundação Educar, sucedânea do Mobral, foi extinta, e o MEC implantou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), objetivando sensibilizar a sociedade em prol da alfabetização de crianças, jovens e adultos por meio de comissões envolvendo órgãos governamentais e não-governamentais. (RIBEIRO, 2001)

Novas reformas são estabelecidas a partir da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional de 1968 e 1971, momento em que foram mais focados os cursos profissionalizantes, esta norteou a educação brasileira até a próxima lei, promulgada em 1996.

Neste contexto o Estado assumiu o papel de condutor dos rumos do sistema educacional e novas formas são estabelecidas a partir da Carta Constitucional Federal de 1988, nesta fase o debate sobre a nova LDB, já estava instaurado, sendo que, só no ano de 1989 é que entra em discussão a nova LDB, são criadas subcomissões na Comissão de Educação, dentre as quais, a de elaboração da nova lei de educação nacional.

Atualmente a lei que rege a política educacional do Brasil é a LDB, Lei nº9394/96.

A Constituição Federal de 1988 efetivou a educação a categoria de direito público, delegando ao Estado o dever de promover acessibilidade aos cidadãos,

⁷ 32º Presidente do Brasil de 1990 a 1992 teve seu mandato impugnado após denúncias de corrupção política feitas pelo seu irmão Pedro Collor de Mello.

este direito também está expresso no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

É dever do Estado prover a educação pública, bem como zelar pela frequência e permanência do aluno na escola, lhes dispondo um ensino de qualidade, promovendo o crescimento cultural do sujeito enquanto cidadão de direitos, deste modo, este deve dispor de implementos cabíveis a assegurarem estes direitos constitucionais.

A postura assumida pelo Estado pautada no ideário neoliberal é a de minimizar suas ações frente a questão social, repassando ou dividindo sua responsabilidade para a sociedade civil, deste modo a interpretação do artigo 205 da Constituição Federal de 1988, é a de que a família terá que assumir sua responsabilidade, tanto quanto o Estado, ao mesmo tempo em que este, incentiva a educação implantando políticas públicas onde uma das condicionalidades é a frequência escolar.

No contexto atual a educação brasileira reflete as ações da política brasileira, uma política excludente e elitista, aonde cada vez mais a qualidade do ensino vai decaindo, importando o quantitativo, que tem por fundamento ideológico a doutrina neoliberal. As políticas educacionais, assim como as sociais são descontínuas, fragmentadas e compensatórias, segregando a sociedade.

Implantação de programas no âmbito educacional que buscam uma maior quantidade de alunos nas escolas, maior números de formandos e diminuição no índice de repetência. A qualidade do conhecimento é o menos importante, a educação passa a ser mediada em uma relação de mercado diante do contexto neoliberal. Instituições particulares que, para atingirem o número de alunos suficientes para permanecerem no mercado, minimizam as exigências do processo seletivo, entregando ao mercado profissionais despreparados, curso superior hoje não é mais garantia de empregabilidade.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases, após tramitar durante vários anos no Congresso Nacional, é reformulada, recebe 57 emendas e passa a vigorar a Lei Nº 9394 de 20 de dezembro, reafirmando o direito a educação, como também estabelecendo diretrizes e bases importantes para a educação nacional, trouxe

alterações significativas para o ensino brasileiro, trazendo avanços que promovem a inclusão de crianças e adolescentes que se encontravam excluídas do acesso ao ensino público.

O Projeto da LDB aprovado deu entrada no Senado Federal através do senador Darcy Ribeiro, assinado também pelos senadores Marco Maciel e Mauricio Corrêa, este projeto não contou com a participação de nenhum grupo ligado a educação o que reflete a política desenvolvida pelo governo no âmbito educacional. Neste documento há uma inversão das atribuições, enquanto que na anterior ficava assegurada que a educação é *dever do Estado e da Família*, no atual lê-se é *dever da Família e do Estado*.

Esta inversão na forma de interpretar este artigo não é casual, com a ideologia neoliberal, o Estado torna-se mínimo para o público e repassa suas atribuições para a sociedade civil.

A proposta da Organização da Educação Nacional é a de que política educacional articule vários níveis e sistema exercendo a função normativa, redistributiva e supletiva.

Estes níveis se subdividem em:

- ✓ **Educação básica:** é a etapa onde o educando será preparado para vir a exercer os seus direitos de cidadão e lhe assegurar os meios para se inserir no mercado de trabalho, é organizada em série através de períodos semestrais;
- ✓ **Educação infantil:** gradativamente o aluno é inserido no ensino fundamental após a última série da pré-escola;
- ✓ **Ensino fundamental:** pode ser desdobrado em dois ciclos, o primeiro aos docentes que ministrarem a totalidade dos componentes curriculares e o segundo aos docentes especializados⁸;
- ✓ **Educação superior:** esta se dará nas universidades, centros de educação superior, institutos, faculdades e escolas superiores;

⁸ Esta proposta já foi implantada no Estado de São Paulo.

Os recursos cabíveis para a efetivação desses segmentos foram definidos através da Constituição Federal de 1988, fica estabelecido um cálculo do custo mínimo por aluno que possibilite um ensino de qualidade.

No entanto este processo de democratização não deve se limitar ao acesso do sujeito a educação, mas acima de tudo possibilitar uma educação de qualidade objetivando o seu crescimento cultural na efetivação do direito a cidadania.

1.2 A inserção do Serviço Social no cenário educacional

O Serviço Social surge na década de 1920 com o objetivo de desvendar o significado das relações sociais, quando ocorre o desdobramento da questão social com a entrada da classe operária no cenário político nos grandes centros industriais, se manifesta por intermédio da Igreja Católica que o utiliza como departamento especializado em Ação Social, que visa por meio da estratégia do domínio indireto restabelecer sua antiga hegemonia. (IAMAMOTO, 1998)

A demanda dos serviços deste profissional é tipicamente caracterizada pela correlação de forças entre as classes, deste modo os seus serviços são uma expressão concreta dos direitos do cidadão, vem suprir as necessidades daqueles cujos rendimentos são insuficientes para ter acesso ao padrão mínimo de vida em sociedade, utilizando como instrumento para esta ação as políticas públicas idealizadas pelo Estado na busca por minimizar as sequelas da questão social, emergente do processo de capitalização pela qual o mundo passava neste momento.

Neste contexto cabia ao assistente social o papel de mero executor dos serviços sociais, atuando na ponta dos problemas como sujeito partícipe desse processo atuando como agente de ligação entre as classes.

Os mecanismos assistenciais contêm um cunho paternalista e benemerente, mas são atitudes racionalizadas por parte do Estado e do empresariado no tocante a manutenção do sistema de dominação política e social.

No bojo do qual se dá a implantação do Serviço Social, prevalece o cunho caritativo, assistencialista e repressor, não foi um processo que ocorreu de forma isolada, relacionou-se com as profundas transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade brasileira passava. (*Id*)

No Brasil a profissão é inserida na divisão sócio técnica do trabalho em 1957, seguindo os mesmos ditames americanos, o seu embricamento com a doutrina social da Igreja marca o seu conteúdo por várias décadas, até que o tradicionalismo do Serviço Social entra em colapso e ocorre a tentativa por uma parte significativa da classe de ruptura com este segmento.

Parte-se para a readequação da profissão para responder a novas demandas do Estado, rompendo com o assistencialismo caritativo buscando a racionalização da prática, sendo enfatizada a metodologia a ser aplicada, referenciada no estruturalismo.

O marco desse período é o movimento de reconceituação, tomando como norte o marxismo.

Segundo Netto (1991, p. 255):

[...] a perspectiva da intenção de ruptura não é um resultado da vontade subjetiva dos seus protagonistas: ela expressa, no processo de laicização e diferenciação da profissão, tendências e forças que percorrem a estrutura da sociedade brasileira no período de que nos ocupamos.

Este movimento de reconceituação ocorre entre as décadas de 1960 a 1980, tendo o seu ápice na década de 1970, por fim na década de 1990 a categoria se mune de novos referenciais no sentido de redimensionar o contexto da profissão de modo a permitir a articulação de construções positivas do passado com as necessidades do futuro (Cf. FRITSCH, 1996).

Este amadurecimento da categoria possibilitou um desligamento com a prática eminentemente executiva tornando possível a conquista de novas atribuições no processo de trabalho principalmente no que diz respeito a formulação e implementação de políticas públicas.

O Serviço Social começou a colaborar com o sistema educacional no Brasil a partir de 1964, considerando a correlação de forças entre as classes da sociedade

civil e do Estado, utilizado como estratégia de política social. Diante do contexto pelo qual passava no momento, a política educacional foi utilizada como instrumento para a manutenção da ordem econômica e social servindo aos interesses do capital.

Analisar a educação é compreendê-la como uma instituição, e que muitas vezes o seu papel não consegue modificar o que está estabelecido, como a estrutura social.

Sendo a escola uma instituição elaboradora de conhecimentos com capacidades para preparar indivíduos para a vida em sociedade, trazendo para o seu seio a instituição família, os complexos sociais dentro dessa nova realidade se intensificam, mediante o respeito às diversidades destes novos atores sociais, se fez necessário a inserção do assistente social, contribuindo com sua prática no processo de inclusão social, de consolidação e ampliação dos direitos sociais, de formação de cidadãos e como articulador de propostas veiculadoras de informações.

Deste modo os condicionantes para a inserção da prática do assistente social no sistema educacional são as demandas emergentes resultantes da questão social e da retração da ação do Estado.

No final dos anos 1970 e início dos 1980, o país passa por uma crise econômica, decorrente da crise de padrão de produção e de acumulação capitalista de base fordista-keynesianista⁹, o que veio a favorecer o desenvolvimento do ideário neoliberal¹⁰.

Essas transformações na esfera de produção impõem dois desafios centrais para a educação: A garantia de uma formação técnica flexível adequada as exigências dos novos padrões de produção e consumo e as variações do mercado de compra e venda da força de trabalho; a garantia de uma formação ideologicamente funcional ao paradigma da empregabilidade.

Nessa conjuntura o Estado reduz suas intervenções no trato da questão social, o campo mais atingido foi o das políticas públicas, estas, agora são

⁹ Um padrão de produção em massa voltado para o consumo em massa articulado a feroz ação estatal de impulso da economia capitalista.

¹⁰ Conjunto de idéias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do Estado na economia. De acordo com esta doutrina, deve haver total liberdade de comércio, pois este princípio garante o crescimento econômico e social de um país.

direcionadas á população mais empobrecida, caracterizando a seletividade, a focalização e a descontinuidade.

A sociedade passa por uma retração dos direitos, conquistados através das manifestações dos movimentos sociais, causando uma complexificação da questão social, fenômeno este, que se manifesta também no cotidiano escolar, criando situações onde se faz necessário o diálogo e o uso de estratégias no enfrentamento dessa realidade.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 efetivou a educação a categoria de direito público, delegando ao Estado o dever de promover acessibilidade aos cidadãos, este direito também está expresso no ECA em seu capítulo IV no Art.54, e na LDB.

No contexto atual a educação brasileira reflete as ações da política brasileira, uma política excludente e elitista, aonde cada vez mais a qualidade do ensino vai decaindo, importando o quantitativo, que tem por fundamento ideológico a doutrina neoliberal. As políticas educacionais são descontínuas, fragmentadas e compensatórias, segregando a sociedade.

Implantação de programas no âmbito educacional que buscam uma maior quantidade de alunos nas escolas, maior números de formandos e diminuição no índice de repetência. A qualidade do conhecimento é o menos importante, a educação passa a ser mediada em uma relação de mercado diante do contexto neoliberal. Instituições particulares que, para atingirem o número de alunos suficientes para permanecerem no mercado, minimizam as exigências do processo seletivo, entregando ao mercado, profissionais despreparados, curso superior hoje não é mais garantia de empregabilidade.

Sendo o Serviço Social uma profissão capaz, de acordo com o seu compromisso ético político, de intervir na busca por minimizar as complexidades da questão social, a sua inserção no âmbito escolar, visa promover a mediação entre os diversos atores do campo da educação e vislumbrar a implementação de ações sócio-educativas no cotidiano da comunidade escolar.

Os problemas sócio-educacionais podem ser atenuados por meio da atuação interdisciplinar do profissional de Serviço Social, em conjunto com os demais agentes escolares.

Verifica-se que a atuação do assistente social nas escolas está nas mais variadas expressões cotidianas, tanto nas relações externas, como na família, sociedade, quanto nas relações internas com diferentes atores, como diretores, os docentes e discentes, entre outros que compõem o campo educacional.

A atuação do assistente social na esfera escolar foi impulsionada através dos Projetos de Lei nº. 3.688 de 2000, que dispõe sobre a inserção deste, no quadro de profissionais da educação, e o Projeto de Lei nº. 837 de julho de 2005, que dispõe sobre a introdução de assistentes sociais e psicólogos nas escolas, efetivando a presença destes como imprescindíveis para a política educacional.

A escola tem como desafio trabalhar dentro do contexto escolar a realidade social do aluno. Enquanto instituição elaboradora de conhecimentos deve ser capaz de preparar indivíduos para a vida em sociedade, daí a importância de trazer as famílias para o âmbito escolar, respeitando a realidade social, cultural e econômica dos membros dessa comunidade escolar.

Diante dessa nova realidade, se fez necessário a inserção do profissional de Serviço Social contribuindo com uma prática de inclusão social, de formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais.

Segundo Frigoto (2005), tanto a educação quanto o profissional de Serviço Social e o objeto de sua prática são práticas sociais, enquanto tais se dão dentro de relações sociais, de contextos históricos e dentro de determinadas formas de sociedade.

Sabe-se que este é um campo de atuação muito recente para o Serviço Social, somente a partir da década de 1990 é que esta categoria foi de fato inserida no âmbito educacional. As demandas emergentes resultantes da questão social foram os determinantes para que houvesse a necessidade de buscar ajuda da prática desse profissional. O desafio proposto é o de articular propostas de ações efetivas, norteados pelos princípios do Código de Ética Profissional.

A intervenção do assistente social é uma atividade veiculadora de informações, trabalhando em consciência, com a linguagem que é a relação social (MARTINELLI, 1998).

Acredita-se que a implantação do Serviço Social na Educação virá criar condições para efetivo exercício da cidadania, o que, com certeza contribuirá para a inclusão social das crianças e adolescentes e refletirá nas relações sociais familiares.

Conforme o CFESS (2001), os problemas sociais a serem combatidos pelo assistente social na área da Educação são:

- Baixo rendimento escolar;
- Evasão escolar;
- Desinteresse pelo aprendizado;
- Problemas com disciplina;
- Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;
- Vulnerabilidade às drogas;
- Atitudes e comportamentos violentos.

Constituem-se atribuições do assistente social educacional atuar na dimensão sócio-educacional, formulando e implementando propostas para o enfrentamento, de possíveis problemáticas por meio de políticas sócio educativas pública na educação.

Uma vez inserido no contexto escolar, cabe ao assistente social desempenhar suas atribuições junto a equipe interdisciplinar, implementando programas de caráter preventivo buscando atenuar a problemática da realidade em questão.

Vale salientar a importância da formação de um corpo escolar, através dos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Professores (APP), Grêmios Escolares, etc. enquanto estâncias representativas na construção de um projeto democrático e de uma comunidade representativa e participativa na busca por um ensino público de qualidade, promovendo a inclusão social.

Em 15 de abril de 2009 foi aprovado através do Projeto de Lei nº. 3.688, a garantia da atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na educação, esta aprovação acontece junto à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), após forte mobilização da categoria.

A expectativa com estas ações é a de que através de um trabalho multidisciplinar aconteça o desencadeamento de um processo educativo democrático e atuante.

O Serviço Social nesta instituição tem o seu espaço reconhecido, tendo em vista que as atribuições inerentes ao assistente social citadas pelo CFESS são cotidianamente postas em prática.

Caracteriza-se como atribuição do assistente social educacional:

- Promover a articulação entre a comunidade;
- Participar junto a equipe técnica, do planejamento e avaliação das atividades desenvolvidas;
- Realizar reuniões e palestras, com os familiares para debater sobre temas específicos;
- Realizar visitas domiciliares as famílias para fazer estudo de caso, detectar evasão, etc.;
- Encaminhar as crianças e familiares aos serviços da comunidade quando se fizer necessário;
- Participar das atividades referentes as datas comemorativas;
- Prestar atendimento individual aos familiares e educadores, visando fornecer informações e orientações na defesa e acesso aos direitos de cidadania.

No que remete a nossa experiência no campo de estágio, realizamos tendo como suporte a supervisão da assistente social, visitas domiciliares quando detectado a necessidade deste modo de intervenção, através da solicitação do

professor que percebeu algo que esteja prejudicando o processo de aprendizagem ou de socialização do aluno; articulação com a rede no tocante a realizar eventos sócio educativos com os alunos e as famílias; encaminhamos alunos e famílias aos órgãos competentes quando necessário; realizamos palestras e oficinas no intuito de promover a viabilização dos direitos sociais, implicando no exercício da plena cidadania, atuamos em parceria com a equipe multidisciplinar nos eventos do calendário escolar; solicitamos a presença dos responsáveis para a justificativa de faltas, limites, acordos de convivência e incivilidades.

Os esforços diante da precariedade de recursos são visivelmente reconhecidos por parte da equipe técnica. A relação com os usuários é muito proveitosa, tendo uma resposta imediata aos apelos da equipe interdisciplinar em relação a promoção da parceria com a família no âmbito escolar.

Ao longo do estágio passamos pelo período de observação, onde nos foi despertado as inquietudes em relação a realidade posta, para em um momento posterior diagnosticarmos o problema que tomamos por prioridade, nos sendo possível utilizarmos os instrumentos técnico operacionais, intervindo de modo a atenuar os conflitos sociais em questão.

No capítulo seguinte iremos nos deter em contextualizar o processo de trabalho na sociedade, e em especial no modo de produção capitalista acerca do trabalho e fazendo uma breve discussão sobre a condição do Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho.

CAPÍTULO II:
DISCUTINDO O TRABALHO NA
SOCIEDADE

O trabalho nas formações pré-capitalistas

“Lutemos por um mundo novo...Um mundo bom que a todos assegure o ensejo de trabalho, que dê fruto a juventude e segurança a velhice.”

(Charles Chaplin)

Iniciamos abordando o tema trabalho a partir de uma perspectiva histórica, suas definições, segundo os estudiosos sobre o assunto, suas transformações ao longo do tempo e seu papel nas relações sociais.

O movimento de transformar a natureza a partir de uma prévia ideação é denominado por Marx, e, posteriormente, por Lukács, por trabalho. Segundo este, o trabalho é a categoria que fundamenta o desenvolvimento do mundo dos homens (LESSA, 2006).

A partir dessa concepção, o trabalho é elevado a fator estruturante da organização econômica, política e social, estruturando não somente a relação com a natureza, mas também as relações sociais, uma vez que o trabalho é entendido como centro da sociedade, esta, passa a ser vista como sociedade do trabalho (LANGER, 2004).

Segundo Lessa (2006), a sociedade de modo algum se reduz ao trabalho, pois as próprias novas necessidades, produzidas pelo trabalho dão origem aos complexos sociais que não mais fazem parte do trabalho enquanto tal.

Para Marx, o trabalho pertence exclusivamente ao homem, pois este antes de concretizá-lo já o tem projetado em sua mente, difere de atos puramente biológicos, irracionais, fica entendido que a teleologia é categoria ontológica central do trabalho, tendo-se por seu intermédio uma nova objetividade antes inexistente na história natural (HOLANDA, 2002).

Ao concretizarem o ato pautado em uma prévia ideação e objetivação os homens também se constroem enquanto indivíduos adquirindo conhecimentos e

habilidades que antes não possuíam, esses novos conhecimentos faz com que surjam novas necessidades e, conseqüentemente, novas possibilidades.

Uma dimensão essencial nesse pensamento consiste em afirmar a centralidade do trabalho como atividade que funda o ser social. A partir do trabalho, o homem interage com a natureza para criar objetos necessários a reprodução da vida. É da essência do trabalho impulsionar sempre para além de si próprio, por isso, ele desenvolve no homem sempre novas habilidades e novas potencialidades conduzindo, de um lado, para o desenvolvimento das forças produtivas, e de outro, para o crescimento das individualidades. O trabalho, na perspectiva ontológica, é uma condição essencial de existência humana em qualquer sociedade, pois não há registros de nenhuma sociedade que tenha se reproduzido sem ter transformado a natureza (COSTA, 2001).

Para Marx, o processo de trabalho para se concretizar precisa de componentes elementares que são:

- 1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho;
- 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho;
- 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.

Como meio de trabalho se denomina o instrumental utilizado vislumbrando o êxito do processo de trabalho, obtido através da utilização de um arsenal que possibilite que este processo perpassa vários níveis de desenvolvimento. Com a evolução da sociedade estes meios vem se aprimorando, fazendo com que as diferentes épocas econômicas sejam distinguidas pelos meios de trabalho que se utilizara, estes servem como termômetro do desenvolvimento da força humana de trabalho.

Na concepção de Marx:

“No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim no objeto que atua por meio do instrumental de trabalho. O processo extingue-se ao concluir-se o produto. O produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado as necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre o que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifesta em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa na

forma de ser, do lado do produto. Ele teceu e o produto é um tecido.”
(2002. p. 215)

A ideia de trabalho advém dos primórdios da humanidade, e esta era uma atividade intrínseca com a tortura, vinculada a escravidão e ao feudalismo, neste contexto seu caráter era punitivo. No início do século XVI é que esse conceito começa a ser reformulado, passando a ser concebido como esforço, labor (CANTALICE, 2001).

Marx para entender e analisar o modo de produção capitalista procura, a partir da análise da história, desvendar os modos de produção pré-capitalistas. Entende, pois Marx, que cada modo de produção se estrutura a partir da forma de propriedade que prevalece em cada momento histórico. Essa discussão apresentada por Marx precede a publicação de sua obra mais importante “O capital”, está colocado no texto dos manuscritos de 1857/58 conhecido como *Grundrisse*, texto que não foi ainda publicado em português, a não ser um capítulo intitulado “Formações econômicas pré-capitalistas”, texto que tomamos como base para as colocações seguintes.

Marx destaca quatro modos de produção pré-capitalistas: o comunal primitivo, o escravista, o asiático e o feudal. O modo de produção **comunal primitivo** data dos primórdios da história da sociedade, teve início quando o homem abandonou a condição de nômade, se instalando em um determinado local para plantar e caçar. Este foi o primeiro modo de uso coletivo dos meios de produção. Neste modo de produção não havia a propriedade privada, pois os bens e os modos de produção eram coletivos.

O modo de produção **escravista** difere do modo supracitado porque foi o primeiro a estabelecer o conceito de propriedade privada. O escravo era considerado propriedade do seu senhor – classe minoritária – há nesse modo uma relação de domínio e coerção.

Um fator relevante neste modo de produção é que a partir do surgimento da propriedade privada, surge a necessidade da criação de um órgão apto a gerir o bem-estar, a justiça, a ordem e a manutenção dos direitos dos senhores dos escravos, os proprietários das terras, este órgão é o Estado.

O modo **asiático** de produção predominou nas civilizações da antiguidade, como no Egito e Mesopotâmia, o fator determinante deste período foi a atuação de um Estado forte, munido de mecanismos burocráticos e eficientes objetivando a submissão da sociedade. O Estado era representado pelo rei ou imperador e era o detentor de todos os bens produzidos, bem como de todos os meios de produção.

O modo de produção **feudal** predominou na Europa ocidental entre os séculos V e XVI, prevaleciam as relações entre senhores e servos. Os proprietários das terras se apropriavam do trabalho agrícola do servo. O que difere do modo escravista é o modo como se apercebe o servo, este não é visto como propriedade ou objeto. O servo tinha o direito a cultivar um pedaço de terra cedido pelo senhor e ali fincar moradia com sua família, em contrapartida pagava impostos além de trabalhar para o seu senhor. Neste contexto os senhores gozavam de certa independência, pois apesar de já está estabelecido o Estado como órgão regulador das relações, estes possuíam os seus próprios exércitos.

Vale ressaltar que nessas formas pré-capitalistas já existia o dinheiro, a propriedade e a desigualdade, mas não se comparava ao que se estabelece na sociedade após a vigência do sistema capitalista ao se instituir de forma extremamente acentuada a exploração do homem pelo homem e o homem passa a ser visto apenas pela força de trabalho que dispõe e que pode ser trocada/vendida para suprir as suas necessidades.

2.2. O Trabalho no sistema capitalista

O capital se caracteriza por ser uma forma de propriedade privada na qual a riqueza produzida pelo trabalho é apropriada não pelos trabalhadores, mas sim por indivíduos de outra classe social, nesse sentido suas características não diferem dos escravistas e do feudalismo, o diferencial é que este sistema apenas pode existir se servir para efetivar negócios cada vez mais lucrativos.

No século XVII, a sociedade mercantilista, já está em franco desenvolvimento, surgindo uma nova classe, a burguesia, oriunda dos segmentos

dos antigos servos, que conquistaram sua liberdade e se dedicaram ao comércio, a partir de então, tem-se início a modificação do sentido do trabalho. Com esta nova classe o trabalho passa a ser visto de forma valorativa e com todos os avanços científicos alcançados neste século, a transmutação de um sistema para outro e as mudanças sócio-históricas daí advindas, a prática do trabalho se consolida na sociedade (ALVIM, 2006).

Com a consolidação da sociedade burguesa, segundo Costa (2001), a influência do pensamento iluminista quanto a uma sociedade de homens livres, iguais e fraternos ainda ecoava no horizonte, entretanto, o que predomina é a pobreza oferecendo riscos de levante social, ameaçando a sociedade capitalista e seu pleno desenvolvimento.

No capitalismo, o trabalhador não possui outra mercadoria para vender a não ser a sua própria força de trabalho a qual entrega ao capitalismo em troca de um salário que virá assegurar a sua subsistência.

Enquanto estiver trabalhando estará o trabalhador sobre o controle do capitalista, como não é mais possuidor dos meios de produção, a sua produção ao longo da jornada de trabalho, não mais lhe pertencerá, na medida em que não mais se reconhecem naquilo que produzira, torna-se ser alienado porque a centralidade das relações, neste sistema é atribuída as mercadorias e não aos homens que as produziram (GRANEMANN, 1999).

A expansão capitalista, definida por meio da produtividade e competitividade com suas forças vitais e inerentes a acumulação provocam alterações substantivas na economia, nas relações de empregos e na estrutura ocupacional no interior das organizações, trazendo definições da formação e qualificação do trabalhador, além de incitar contínuas reestruturações produtivas com conseqüência para mudanças societárias (LAUDARES, 2006).

O modelo de gestão do trabalho se desenha inspirado no Taylorismo que preconiza a racionalização do trabalho e tem, como uma de suas conseqüências, o controle explícito do trabalhador, que deve seguir as regras estabelecidas por aqueles que concedem suas tarefas.

Deste modo ocorre uma dissociação entre os processos mentais e os processos concretos, pois na medida em que ocorrem as mudanças nas relações de trabalho, fragmenta a sociedade, a forma alheia de executar o trabalho, subdivide o homem, limitando o seu fazer profissional e o desqualificando no que diz respeito as suas habilidades e possibilidades profissionais.

Esta nova visão sobre o trabalho faz com que todas as formas de práxis social se transformem em trabalho, pois esta é a lógica do capital, independente deste ser concreto ou abstrato. Caracteriza-se trabalho concreto aquele que produz valor de uso e trabalho abstrato como uma atividade alienada e produtora de mais valia que apenas gera lucro, deste modo foram incorporadas a produção capitalista tornando-se extremamente necessário a sua reprodução.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho afetam não só as relações, mas também o cotidiano inteiro do trabalhador: os direitos a educação, o lazer, a vida privada de maneira geral, o que prevalece é o modelo societário sob o qual essas mudanças emergem. Essas modificações ocorrem em nível planetário, este processo é denominado globalização, uma nova modalidade de dominação imposta pelo capitalismo.

O capitalismo consegue transformar todas as relações, e sob a globalização adota formas de produção capazes de condicionarem os operários aos ditames deste sistema.

Ao adotar o modo de produção taylorista/ fordista (produção em série, controle de tempo e de movimentos), seguida pelo modelo toyotista, (produção em equipe tecnológica), há a invasão da automação, da robótica e da microeletrônica, a aceleração do ritmo de trabalho são os pontos críticos desse modelo japonês, cujo trunfo está na flexibilidade de produção, na multifuncionalidade do trabalhador e no trabalho desenvolvido em equipe.

A partir das transmutações que vem ocorrendo no mundo do trabalho, advindas do perverso processo de flexibilização, da produção segmentada, da fábrica difusa, dentre outros agravantes, presenciamos a precarização das condições de trabalho, a qual promove uma redução da demanda refletindo no agravamento da exclusão social.

Historicamente o Estado sempre assumiu os interesses da burguesia e deste modo comporta-se como seu agente público, assegurando diversos favorecimentos e benefícios diretos e indiretos.

Deste modo o Estado adota o ideário neoliberal que prevê um Estado mínimo e a supremacia do mercado enquanto mecanismo regulador das relações sociais. O Estado se porta de forma omissa no que diz respeito as questões sociais postas, as funções são reduzidas, em especial os subsídios sociais, cabe a este promover a ordem, a paz social, a justiça e cuidar da segurança; assegurar a liberdade de iniciativa, principalmente a econômica para facilitar o movimento de capitais e promover a desestatização (SANT'ANA, 2000).

Este processo de reestruturação pelo qual passa a produção e reprodução da força de trabalho, pautado no padrão de acumulação flexível/neoliberal resultou em várias contradições, uma delas seria o agravamento da questão social, sendo esta o paradoxo das sociedades modernas, evidenciando a relação contraditória entre: a lógica do mercado e a dinâmica societária; entre a exigência ética dos direitos e os imperativos da eficácia econômica; entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades tramadas na dinâmica das relações de poder e dominação (TELLES, 1996).

Neste contexto, se faz necessário a intervenção profissional na busca por atenuar as particularidades das múltiplas expressões da questão social e é neste campo que se dá o trabalho do assistente social, devendo apreender como a questão social e suas múltiplas expressões é experienciada pelos sujeitos em seu cotidiano.

O Serviço Social em sua prática dispõe de condições, potencialmente, privilegiadas, pela proximidade que tem ao cotidiano da classe subalterna, de possibilitar uma prática profissional calcada em uma formação acadêmica que ofereça subsídios teóricos, éticos e políticos que lhe permita estabelecer parcerias, contribuindo para a construção de uma sociedade onde as relações consigam ultrapassar os marcos da ideologia neoliberal.

Com todas essas modificações no processo de trabalho, o papel do assistente social também sofre alterações, por ter o seu trabalho pautado no

movimento da realidade social e pela organização do processo de trabalho, a sua atuação passa por inflexões e sente a obrigatoriedade de se contemporaneizar.

Com a globalização e a mercantilização das políticas sociais a atuação do assistente social toma novas formas, nesta nova realidade este passa a se integrar em equipes, dividindo tarefas e saberes.

A mudança decorrente da flexibilização, propõe pré-requisitos para os processos seletivos para os postos de trabalho, valorizados pelo mercado, no campo do Serviço Social traça-se um novo perfil, de um profissional afinado com a análise dos processos, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações cotidianas: um profissional criativo e inventivo capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 2001).

2.3. Ser ou não ser? A discussão acerca da relação entre trabalho e Serviço Social

Neste terceiro tópico abordamos o questionamento existente no que diz respeito à relação entre o Serviço Social e o Trabalho. Vários são os estudiosos que se debruçam sobre esta temática.

Segundo Lessa (2008), o trabalho é o fundamento do ser social porque transforma a natureza na base indispensável do mundo dos homens.

Esta é a visão ontológica que denomina o trabalho, já seguindo os preceitos do capitalismo que são dentre eles, a acumulação permanente da mais-valia e a divisão técnica do trabalho, especializando o trabalhador em tarefas cada vez mais segmentadas no processo produtivo, estratégia utilizada para proporcionar o aumento da produtividade, questiona-se se o Serviço Social está dentro dos parâmetros capazes de qualificá-lo como trabalho.

Da relação antagônica entre os capitalistas e os operários resulta a Questão Social¹¹, representando a desigualdade, desencadeando a luta dos trabalhadores na busca por se sobrepor a condição de excluídos e subalternizados em seus direitos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Com o aumento da pauperização em contrapartida ao crescente aumento da acumulação de riquezas por parte dos capitalistas, estabeleceu-se um clima de tensão e de insatisfação por parte da classe operária, e é neste contexto que se constituiu o lócus do trabalho do assistente social.

Nesta realidade o Serviço Social surge com o intuito de manter a exploração da classe trabalhadora, cabendo-lhe o papel de mediador desta relação conflituosa, na busca por manter o controle social, portanto atuando em consonância com a classe dominante, foi instaurado com a sua identidade atribuída, tendo uma prática desprovida de conteúdo social e político. O momento histórico pelo qual passava o capitalismo foi o fator determinante para a institucionalização¹² do Serviço Social.

No decorrer da história o capitalismo passa por diversas crises¹³, dentre elas a da década de 1970, que veio demarcar a necessidade de reorganização por parte do capitalismo, na busca por tentar manter a hegemonia. Para alcançar este objetivo se organiza sobre novas formas de exploração do trabalho, metamorfoseando as expressões da questão social, o modo de produção agora assume contornos de flexibilidade.

A centralidade destas transformações societárias repercute em todas as relações, seja de cunho social, político e cultural.

¹¹ Segundo Yamamoto (2001), a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

¹² A institucionalização da profissão está associada a progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social.

¹³ A história do capitalismo registra numerosas crises cíclicas de longa duração como as seguintes: 1819 – 1821, 1847 – 1848 (coincidiu com a crise sistemática nesses anos), 1871 – 1873 (a que esteve ligada a Comuna de Paris); que por outro lado inaugurou a fase imperialista clássica; e enquadrou o desenvolvimento da Segunda Revolução Científico – Técnica das últimas duas décadas do século XIX), 1902 – 1903 (a que estiveram ligadas a primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa), 1929 – 1933 (que coincidiu com a crise sistemática desses anos), e 1974 – 1975. No quadro destes ciclos de 20 – 25 anos e dos seus momentos de crise, tiveram lugar as chamadas crises cíclicas de menor prazo, de 5, 7 ou 10 anos. Estas crises de períodos mais curtos, também coincidiram em diversas ocasiões com os outros dois tipos de crise descritos atrás.

Aprender a questão social, a partir das transformações societárias, é na visão de Yamamoto [...] decifrar as desigualdades sociais-de-classes em seus recortes de gênero, raça, etnia, religiosidade, nacionalidade, meio-ambiente, etc. Mas decifrar, também as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais” (2001, p. 114).

Esta “nova” questão social demanda respostas mais eficientes, seja via ações públicas ou privadas, não cabem aqui ações benemerentes assistencialistas e paliativas.

Para atender a estas novas demandas se faz necessário inovar o fazer profissional do Serviço Social, esta idealização começa a se contornar a partir do Movimento de Reconceituação da categoria que teve início na década de 1960, desenrolando-se na década de 1970 e atingindo o seu ápice na década de 1980, vislumbrando afinar a formação profissional na busca por atender a estes requisitos.

Este movimento ocorreu nos países Latino americanos, constituiu-se em uma revisão da literatura que norteava a prática do Serviço Social até então, que era o positivismo e o funcionalismo, a partir deste ocorre a aproximação da visão marxista na história e estrutura do Serviço Social (FALEIROS, 1981, p. 114).

A partir deste momento reflexivo da profissão e aportado na teoria marxiana de promover uma sociedade socialista, em oposição a consolidação do capitalismo como sistema vigente, o Serviço Social adota uma identificação político-ideológica de conscientização de duas classes sociais antagônicas – dominantes e dominados – se negando a manter a posição de neutralidade oriunda dos primórdios da profissão.

Esta ruptura com o tradicionalismo formula uma nova identidade profissional, orientada a estabelecer ações voltadas às novas demandas da classe dominada. Com esta consciência os assistentes sociais deixam de se portarem como meros agentes técnicos executores das políticas sociais.

Esta relação do Serviço Social com a teoria marxista veio empreender o significado social da profissão, servindo como eixo fundante para a prática e a teoria profissional, tendo como principal conquista:

“A consciência do profissional de sua condição de trabalhador que rebate na organização política da categoria e na reflexão marxista que gradativamente, se apropria da realidade social, apreendendo o trabalho como elemento fundante da vida social” (BARROCO, 2006).

Este novo posicionamento do Serviço Social o tem retirado da posição de “subalternidade” teórica em relação aos demais ramos das Ciências Humanas.

Segundo Lessa (2006, p.03):

“O Serviço Social colhe hoje um segundo e, até certo ponto, talvez inesperado, fruto do movimento questionador de sua gênese conservadora: um acúmulo teórico que tem ampliado a presença e a interlocução com o conjunto das ciências sociais. Com duas conseqüências imediatamente perceptíveis: por um lado, nos seus programas de pós-graduação nota-se um movimento permeado de contradições e dificuldades, pelo qual ao poucos os espaços vão se abrindo para o novo tipo de pesquisa e de investigação, muito distante dos tradicionais” estudos de caso”, por outro lado, não apenas recebe influência e herda temas das ciências sociais que estimulam e diversificam as investigações próprias, específicas ao Serviço Social, mas também introduz novos tópicos na agenda das Ciências Humanas”.

Foi este crescimento da profissão que estimulou o atual debate acerca da relação entre trabalho e a prática profissional do Serviço Social, nenhuma outra área das Ciências Humanas explora o questionamento de pensar a si próprio como “trabalho”.

Apreende-se em alguns pontos deste debate a preocupação com a operacionalização, com a técnica de instrumentalidade do Serviço Social, dando a entender que o problema reside na prática, na intervenção, na ação direta do assistente Social em casos concretos, neste contexto tenta-se detectar categorias como matéria-prima, meios de produção etc. Para em um momento posterior se debruçarem sobre a delimitação da identidade profissional do Serviço Social.

Pensar o Serviço Social como trabalho seria uma forma de delimitar sua peculiaridade, e, portanto definir sua identidade, na relação com as outras profissões.

Então o questionamento persiste, qual o real papel do Serviço Social nos dias atuais? Seguindo os preceitos da visão marxista, apontando para a possibilidade da superação da sociedade capitalista através da revolução a partir da conscientização de poder da classe operária, entenderíamos que a sociedade capitalista não seria

necessariamente a última forma de relação entre os homens, outro tipo de relação viria a surgir (talvez o socialismo).

Seguindo esta linha de raciocínio, o papel do Serviço Social na ótica de Lessa (2006, p. 06) é estimular a emancipação da sociedade no sentido de através de uma decisão coletiva superar o capital:

[...] ao afirmarmos o Serviço Social como mediações para a construção de uma sociedade emancipada, estamos afirmando uma tese filosófica das mais ricas em conseqüências ideológicas: como nós fazemos a nossa história, se decidirmos superar o capital, este será superado do mesmo modo como a humanidade deixou para trás o machado de bronze ou a sociedade feudal.

Deste modo é equivocado afirmar que os assistentes sociais são trabalhadores, tal como são os operários, tendo em vista que o assistente social atua diferentemente do operário, não transformando com sua práxis diretamente a natureza, porque a matéria que devem transformar é distinta. O assistente social “atua na busca por modificar o que as pessoas pensam, como elas sentem, como elas percebem o mundo em que vivem, para que seja possível a alteração (ou manutenção) de determinadas relações sociais” (LESSA, 2002).

Iamamoto (2001, p. 69) define o Serviço Social como:

Um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. O Assistente Social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade.

Essa discussão acerca do Serviço Social ser ou não ser trabalho vem ocupando lugar de destaque nos debates da categoria, desde as discussões teóricas mais elaboradas polarizadas pelas visões apresentadas aqui Lessa e Iamamoto, até as discussões mais corriqueiras em sala de aula. O que importa, pois, é entender o lugar que o Serviço Social vem ocupando na sociedade em prol das classes menos favorecidas, tomando como foco o que coloca o seu Projeto Ético-político.

CAPÍTULO III:
A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS:
PROCESSO DE TRABALHO

Contextualização da Pesquisa: o lugar e os sujeitos

A educação faz um povo fácil de ser liderado, mais difícil de ser dirigido; fácil de ser governado, mas impossível de ser escravizado.

(Henry Peter)

A cidade de Campina Grande está situada no Agreste da Borborema, cidade submetropolitana, fundada por Teodósio de Oliveira em 11 de outubro de 1864. Atualmente, Campina Grande é administrada pelo prefeito Veneziano Vital do Rego Segundo Neto, em seu segundo mandato.

Este município do Agreste Paraibano possui área de 644,1 km² e uma população de 175.000 habitantes (IBGE, 2004). No âmbito educacional a Rede Municipal de Ensino dispõe de 140 escolas da Zona Urbana e Zona Rural, divididas em 39 núcleos, cuja Proposta Pedagógica refere-se a construção de novos cenários: uma escola viva e inclusiva na perspectiva de sistema de ciclos.

A Prefeitura Municipal de Campina Grande conta com 70 (setenta) assistentes sociais no cenário educacional, em seu quadro de funcionários efetivos. Destes 45 (quarenta e cinco) encontram-se inseridos em instituições educacionais (escolas e creches), 03 (três) estão atuando na Secretaria de Educação do Município e os demais se encontram gozando de algum tipo de licença trabalhista, licença para estudo ou com desvio de função junto a outras secretarias.

De acordo com uma das assistentes sociais pioneiras na educação no município de Campina Grande, os assistentes sociais foram inseridos no âmbito educacional a partir de 1983 quando houve o primeiro concurso, em 1986 foi realizado o segundo concurso, a partir deste, ficaram efetivados 137 (cento e trinta e sete) assistentes sociais na Secretaria de Educação do município, este dado concerne a cidade de Campina Grande o pioneirismo na aquisição deste profissional junto a Política educacional, em relação aos demais municípios paraibanos.

A Secretaria de Educação e Cultura (CEDUC) do município no intuito de melhorar o acompanhamento sócio-pedagógico aos professores e alunos da rede municipal de ensino dividiu em 39 núcleos as instituições de ensino.

Cada núcleo conta com uma equipe multiprofissional composta por um supervisor educacional (responsável pelo atendimento direto com os professores); um orientador educacional (responsável pela orientação pedagógica com os alunos); um psicólogo (desenvolve atividades relacionadas ao comportamento dos alunos) e um assistente social (destina suas ações ao trabalho social com as famílias. Vale lembrar que nem todos os núcleos contam com uma equipe multiprofissional completa devido a falta de contratação de mais profissionais. Além do mais os dois últimos concursos realizados no município para contratação de profissionais de educação, inclusive assistentes sociais determinou o turno de trabalho dos profissionais, portanto, algumas escolas contam, muitas vezes com uma equipe, mas de forma fragmentada, ou seja uma parte dos profissionais atuam no turno da manhã e outra no turno da tarde.

Segundo a entrevistada 01(30 anos), que acredita que esta forma de atuar vem causando “falta de integração da equipe multiprofissional em decorrência dos horários dias e escolas diferentes, pois não existem encontros frequentes com toda a equipe.” Sobre esta fragmentação do trabalho, reforça a dificuldade em estarem obtendo resultados concretos, posto que a interlocução entre a equipe não aconteça de modo a programarem atividades conjuntas visando ao atendimento a demanda.

No que se refere aos profissionais que contribuíram para esta pesquisa, 100% são do sexo feminino, fator que determina a predominância da figura feminina neste universo profissional.

Em relação a faixa etária estão compreendidas entre 30 a 58 anos de idade. Este dado revela que vem ocorrendo uma renovação dos profissionais nesta área, pois o grupo de assistentes sociais entrevistadas está dividido 04 (quatro) profissionais entre 30 e 45 anos e 04 (quatro) entre 46 e 58 anos.

Esses profissionais encontram-se inseridos no mercado de trabalho que varia desde a década de 1980 até o ano de 2007. Na década de 1980 foram graduadas 02 (duas), na de 1990, 02 (duas) e na década de 2000, 04 (quatro).

Os proventos das entrevistadas estão fixados entre um salário mínimo e um salário mínimo e meio, sendo que uma das entrevistadas afirmou receber quase dois salários mínimos, ao ser questionada sobre a diferença de valores esta afirmou que: “[...] eu era funcionária do município, eu entrei em 1975, aí eu era uma funcionária burocrata muito bem remunerada, mas aí eu terminei o curso, aí fiquei trabalhando [...]”

Todas as entrevistadas foram efetivadas mediante concurso público realizada pela Prefeitura do referido município e afirmaram identificarem-se com a área em que atuam.

No que se refere a pós-graduação apenas uma das entrevistas não conta com este título em seu currículo, as demais estão especializadas nas áreas de saúde pública e política pública.

Estas profissionais atuam como Assistentes Sociais desde a data em que concluíram o curso. A jornada de trabalho está determinada em 20hrs semanais.

Apenas uma das entrevistadas, afirma não ter experiência em outra área, pois ao se graduar adentrou na área educacional, as demais possuem experiências em programa federal (PAIF), na área judicial (Ministério Público), na saúde e na assistência.

3.2 As condições de trabalho do assistente social no âmbito educacional no município de Campina Grande.

Neste tópico abordaremos a análise dos dados coletados acerca da temática em foco. A nossa intenção era de estarmos entrevistando 20% deste universo profissional, por motivo de duas greves (realizadas em períodos distintos na rede municipal de ensino), na luta por melhores salários, nos vimos obrigados a reduzir o número da amostra para 10%.

Ao longo da pesquisa detectamos alguns eixos analíticos que pontuaremos a seguir.

3.2.1 Instrumental técnico operacional.

Em relação a prática cotidiana, todas foram unânimes em utilizarem a linguagem como principal instrumento de intervenção, como nos cita Lamamoto (2001, p. 97):

Tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem, as atividades desse trabalhador especializado encontram-se intimamente associadas a sua formação teórico – metodológica, técnico – profissional e ético – político. Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais, assim como no estabelecimento de relações e vínculos sociais com os sujeitos sociais junto aos quais atua.

Além de utilizarem as visitas domiciliares no intuito de traçar o perfil sócio-econômico das famílias como nos deixa claro a entrevistada 02(50 anos): “[...] traçar o perfil da família que me dá subsídios, tanto para o professor conhecer melhor o aluno e pra mim no momento de intervir, satisfatório demais, pois durante as visitas faço muitas orientações.”

São utilizados também os encaminhamentos a instituições passíveis de viabilizarem direitos sociais, tais quais: CAPSI, PSF, Papel Marchê, Conselho Tutelar, STTP, SINE (Sistema Nacional de Emprego), sempre que detectado a necessidade de estabelecer estas parcerias. Este fato fica evidenciado na fala da entrevistada 02(50 anos): “a escola conta com estagiários de odontologia, parceria com a odontóloga do PSF, parceria esta realizada através da iniciativa do serviço social desta escola.”

A Instituição Papel Marchê, oferece um trabalho multidisciplinar e de suporte para alunos portadores de necessidades especiais e suas respectivas famílias. A parceria com esta instituição se dá através de encaminhamentos de alunos que tem este perfil, pois apesar de algumas escolas contarem com a sala de multimídia, não dispõem de todos os recursos cabíveis para atenderem este público, como nos expõe a entrevistada 04(58 anos): “É porque aqui na escola a gente tem essa sala, mas tem questões como: fonoaudiólogo que a sala não vai atender, psiquiatria também se eu precisar não tenho o recurso né, aí tem que encaminhar.”

Dentre estes encaminhamentos alguns são direcionados ao SINE, este modo de intervir é direcionando a pais desempregados.

O assistente social educacional tem dentre suas atribuições o papel de monitoramento a frequência escolar, pois estes dados são repassados ao Programa Bolsa Família, sendo a frequência um condicionante para a continuidade do recebimento desta transferência de renda, bem como de apreender a evasão escolar, suas causas, além destes fatores, a observância da frequência escolar pode detectar agravantes familiares tais quais: “[...] a questão de integrar eles na escola, porque é uma invasão aí, são crianças de risco, hoje mesmo tá uma mãe com os filhos tudinho no meio da rua, são todos alunos daqui [...]” (Entrevistada 04, 58 anos)

Os recursos utilizados para a efetivação desta prática são disponibilizados pelas gestoras das respectivas escolas, que é o material didático disponível, caso haja interesse em estar ministrando alguma atividade em que a escola não disponibilize recursos, cabe ao próprio profissional arcar com a aquisição dos materiais necessários, segundo a entrevistada 05(32 anos):

olhe uma coisa que agente utiliza muito é Xerox, o material que agente trabalha com os pais, e sinceramente para este trabalho especificamente eu me desdubro nas escolas, porque a gente faz tudo em casa... o material, eu vou dizer a você que 70% do material que agente utiliza é a gente que tá bancando [...].

3.2.2 Condições de Trabalho.

Todas as entrevistadas abordaram uma problemática constante na prática, que é a falta de infra-estrutura do espaço físico das escolas, nenhuma das instituições visitadas ofertam espaço para os atendimentos individuais.

Não me é oferecido quase nenhuma condição de trabalho, a começar pelo espaço físico, pois não tenho uma sala para realizar os meus atendimentos, e esta sala é primordial, pois o Assistente Social trabalha muito com a escuta, com o aconselhamento, acaba ferindo a ética profissional. Não sei se é uma condição da gestão atual, pois está abrindo espaço para a inserção do Assistente Social há muito pouco tempo, é uma área nova para o Serviço Social, ou se é da conjuntura.” (entrevista 06, 37 anos)

A partir desta fala fica perceptível que nem as condições básicas de trabalho são disponibilizadas, não há recursos materiais básicos para a efetivação da prática, cabendo ao profissional a responsabilidade de custear os materiais indispensáveis para a operacionalização da sua intervenção.

Quanto a falta de infra-estrutura é um fator notório em todas as instituições, houve a inserção da equipe multiprofissional sem haver uma adequação do espaço físico para a atuação destes, e mesmo sendo um fator evidente não há projetos em andamento para a alteração deste quadro. O atendimento individual se dá de forma precária, sendo constantemente interrompidos pelos demais membros da escola, causando constrangimento e desconforto aos sujeitos envolvidos.

Apesar do Serviço Social na educação não ser uma experiência nova, ainda se tem a visão que esta é uma área recente de atuação, historicamente o Serviço Social teve o seu espaço diminuído dentro da organização do trabalho, no contexto atual é que esta área vem se fortalecendo, com a complexidade da questão social e sua diversidade no âmbito educacional, é latente a necessidade de uma ação interdisciplinar atuando de modo a conduzir o processo de ensino- aprendizagem vislumbrando atenuar os complexos sociais.

3.2.3 Trabalho em Equipe.

Nesta conjuntura o assistente social integra uma equipe multidisciplinar, onde atua diretamente em parceria com orientadores pedagógicos, supervisores pedagógicos, psicólogos e os demais membros que compõem a comunidade escolar.

Na realidade a qual estamos discutindo esta integração se dá de forma satisfatória, onde cada um respeita as especificidades dos demais e a interlocução entre a equipe é transparente como nos fala a entrevistada 03(34 anos):

“[...] eu trabalho numa equipe... onde ela é bem integrada, eu não tenho problema nenhum, nenhuma dificuldade de trabalhar junto enquanto equipe a gente trabalha e cada um respeita suas especificidades... quando vou fazer algum atendimento individualizado eu gosto de fazer uma análise... peço pra supervisora fazer a análise dela... questiono a psicóloga, a orientadora também, e partindo daí eu vejo que área é do interesse de Serviço Social [...]”

Esta fala revela a interlocução entre a equipe ocorrendo sem maiores problemas, no entanto este não é um fator constante na realidade estudada. O sistema de nucleação no qual está pautado a prática destes profissionais impõe

inúmeros desafios, dentre eles vale destacar a incompatibilidade de horários entre os membros da equipe, tendo em vista que estes respondem por mais de uma instituição, acarretando em uma sobrecarga de atendimentos, impossibilitando o trabalho contínuo e em conjunto.

Esta troca de saberes e de intersubjetividades entre a equipe possibilita o trabalho unificado produzindo novos conhecimentos e intervindo na realidade escolar de forma a solucionar ou atenuar as complexidades desta realidade.

A lógica do neoliberalismo fragilizou todas as políticas públicas, com o sistema educacional não foi diferente, o Estado delega a sociedade deveres que antes eram assumidos por ele, determinando que cada um seja responsável pela sua constante formação no sentido de se adequar as novas necessidades do mercado, deste modo temos políticas descontínuas e seletivas, é nesta realidade que se consolida a inserção do assistente social no cenário educacional.

Apesar de esta inserção ter sido assegurada através da legislação vigente as condições de trabalho ofertadas dificultam o êxito da prática profissional. Adentrando a uma realidade já fragilizada o assistente social encontra nas instituições inúmeros empecilhos no seu cotidiano, dificuldades mínimas passíveis de serem contornadas, no entanto se transformam em entraves, que os profissionais têm que minimizarem na luta pela efetivação da sua prática. Este fator é evidenciado na fala da entrevistada 05(32 anos):

Péssimas, péssimas. A gente não tem onde guardar material, a psicóloga agora mesmo tava se queixando que deixou um material aqui na estante e sumiu. Eu ando com o material, porque eu não posso deixar aqui, eu já deixei, e também tive ele perdido. Então a gente não tem um armário onde se possa deixar guardado qualquer anotação restrita em relação aos procedimentos da gente, eu levo pra casa, não deixo aqui. Ou ando, ou geralmente deixo em casa, quando precisa é que eu trago, a gente não tem nada, agente não tem sala...ficamos aqui na sala dos professores, sempre que agente precisa de um espaço mais reservado, a gente vem pra sala da direção, mas não temos condição de trabalho.

Este comentário pressupõe tomado de providências pelos órgãos responsáveis, no tocante a superação deste quadro. Neste sentido o CRESS (Conselho Regional de Ensino em Serviço Social) propôs aos profissionais um envio de relatório das condições de trabalho, para que se pudessem tomar as medidas

cabíveis, no entanto esta proposta ficou no vácuo, pois segundo este órgão nenhum relatório foi entregue.

Segundo a entrevistada 03(34 anos), que participa de um GT de Educação junto ao CRESS:

Reclama-se, mas não se faz, quando eu falei da resolução, disseram assim que eu estava louca, certo? Louca porque eu estava querendo... como é que eu posso te falar? Querendo me colocar contra a gestão, e o meu objetivo não é esse, meu objetivo é lutar pelas condições de trabalho e não colocar ninguém contra ninguém.

É nestas condições de precariedade que se constitui o lócus de trabalho do Assistente Social onde se faz *do limão a limonada, porque não se tem quase nada, é um caso sério, é no peito e na raça*, como sabiamente expõe a entrevistada 04(58 anos).

3.2.4 Demandas Atendidas.

Além dos empecilhos já expostos, estes profissionais ainda contam com o agravante da falta de integração entre a escola e a família, sejam por diversos fatores, tais quais: a maioria dos pais trabalharem o dia inteiro, o recorte de gênero também se sobressai, pois é repassada a mãe a incumbência da educação dos filhos, sendo mínima a participação masculina nesta conjuntura.

Algumas profissionais realizam reuniões no horário noturno no intuito de contemplarem estes pais.

[...] não vou dizer utopia [...] mas a gente tá vendo se monta um grupo específico para os pais, principalmente no horário da noite [...] dentro da escola é unânime com a participação das mães, não temos nenhum pai e elas queixam-se muito né? Porque a responsabilidade é delas sozinhas, aliás, educação e saúde só pra elas, e dentro dessas reclamações [...] talvez não seja nesse momento, mas vamos ver se pelo menos a cada dois meses agente consiga tá se encontrando com eles pra tentar esclarecer que a responsabilidade tem que ser dividida. (entrevistada 05, 32 anos)

Outras já utilizam a prática da visita à instituição de trabalho destes pais. Como relata a entrevistada 02(50 anos): “Já cheguei a fazer visitas no trabalho dos pais. Não encontro nenhum obstáculo, pois vou direto ao patrão.”

Esta forma inventiva de efetivar sua prática se sobrepondo as dificuldades impostas faz parte do perfil do assistente social nos dias atuais, um profissional afinado com a realidade posta, comprometido e atuante.

Todas as possibilidades cabíveis para estabelecer a interlocução entre a família e a escola são postas em prática, objetivando o êxito da função social de ambas as partes.

A instituição família é o primeiro canal de contato social da criança, é neste espaço que são repassados os valores, a ética, a solidariedade e o respeito ao próximo, a família representa o suporte da criança, mesmo com todas as dificuldades impostas pelo sistema vigente, mas da mesma forma que pode representar segurança, pode ser também um espaço de reprodução de violência e de medo. É a partir desta convivência que se desenha a inter-relação da criança com os demais grupos sociais que ela será inserida ao longo do tempo.

Daí a importância da equipe multidisciplinar traçar um trabalho específico para este segmento.

Todas as assistentes sociais entrevistadas desenvolvem algum tipo de projeto em sua prática seja ele de sua própria ideologia, ou aqueles que já vêm elaborados pela Secretaria de Educação do Município. Estes projetos abordam os mais variados temas, desde a inclusão da família no espaço escolar, auxiliando no processo de aprendizagem, que é o Projeto de Integração da Família na Escola, como o Projeto Paz na Escola, trabalhando a violência no âmbito escolar de modo a perpassar este espaço e se propagar nas relações exteriores, Projeto de Educação Ambiental, Projeto de Leitura, Projeto Escrita e Produção Textual, Projeto Orçamento Participativo Criança, que é voltado para o exercício pleno da cidadania, Saúde e Qualidade de Vida neste, a equipe de apoio está incluída como evidencia a entrevistada 02(50 anos): “A receptividade da equipe de apoio foi excelente. O resultado foi que aumentou a auto-estima enquanto cidadão, porque antes eles não participavam dos planejamentos.”

O Projeto de Orientação Sexual foi elaborado em conjunto com a psicóloga e a entrevistada 04(58 anos): “[...] mas agente só trabalha com a 3ª e 4ª série que é os 2º ciclo inicial e final, porque são maiores, os menores ficam mais difíceis pra eles entenderem.”

Todas as intervenções são pautadas nas atribuições delegadas pelo município ao assistente social educacional. (Ver anexo).

Dentre todos os desafios imposto a prática, um deles me chamou a atenção por partir dos próprios profissionais, no que diz respeito a conscientização de classe, no sentido de mobilização por reivindicar melhores condições de trabalho, independente do âmbito em que se encontre atuando. Tendo-se consciência de que as condições de trabalho estão ultrapassadas não ocorre por parte da classe nenhuma movimentação significativa no intuito de transformar esta realidade, ocorre certa acomodação seja por descrédito aos movimentos sociais, ou seja, por individualismo, característica decorrente do neoliberalismo nas relações atuais.

Esta conclusão se deu a partir da fala da entrevistada 08(58 anos): “Reconheço que em parte é por conta da acomodação da classe, eu pelo menos não sou chegada a sindicatos, eu não sou chegada a lutar por nada [...] eu acho esses sindicatos muito... Não acredito não.”

Apesar deste aparente descrédito há aqueles que vislumbram possibilidades de superação desta situação:

Dependendo do que ocorra no sistema de nucleação da rede educacional do município, onde há a perspectiva de montar equipes que atuem em apenas uma unidade escolar, vislumbro um trabalho mais efetivo, melhor planejado e integrado, conseqüentemente mais impactante na dimensão sócio-educativa e preventiva voltado para melhor colaborar com a formação de cidadãos éticos e críticos, preparados para o convívio harmônico e produtivo. (entrevistada 01, 30 anos)

Uma de nossas entrevistadas se diz muito decepcionada com a postura apática do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba diante desta precariedade das condições de atuação. Segundo ela: O departamento (de Serviço Social) deveria romper o silêncio, no sentido de ostentar uma bandeira de luta, diante da apática política pública do município de Campina Grande.”

Cabe a classe se mobilizar na busca por consolidar sua prática, no intuito de exercer o papel ao qual se propõe, de fazer com que o alunado e as famílias tenham conhecimentos dos direitos que são assegurados por lei, bem como dos deveres, buscando a acessibilidade para a consolidação de cada um, contribuindo para efetivação da política educacional na promoção do crescimento cultural do sujeito.

APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

A discussão que se estabelece sobre a relação do Serviço Social com o Processo de Trabalho, nos impulsionou a desenvolver esta pesquisa, tendo em vista que, o Serviço Social encontra-se inserido nos mais variados âmbitos em que as complexidades da questão social são latentes.

Embora o Serviço Social seja regulamentado como uma profissão liberal, o profissional desta área não recebe por parte dos seus empregadores condições favorável à efetivação de sua prática.

A partir dos resultados da pesquisa ficou evidenciada a necessidade de investimentos por parte do poder público que possibilitem a melhoria de condições de trabalho a este segmento profissional.

Ficaram constatados através das respostas emitidas pelos sujeitos os inúmeros empecilhos que são impostos cotidianamente, o que dificulta a efetivação da prática, no entanto, esta condição vem sendo superada através da criatividade, da inovação e do comprometimento ético dos profissionais em questão.

Munidos do arsenal técnico que a profissão utiliza para sua prática, os assistentes sociais, em parceria com as equipes multiprofissionais estão buscando meios de atenuar as complexidades postas.

Um fator que merece relevância a partir dos dados coletados é a falta de integração entre a própria categoria. Ficou notório que precisa ser efetivadas mobilizações, e discussões acerca do tema supracitado, no intuito de fomentar o debate sobre a melhoria das condições de trabalho, bem como em tentar superar a condição de individualismo imposta pelo neoliberalismo, tendo em vista que o assistente social é um profissional portador de uma postura crítica/reflexiva, apto a apreender a problemática e a realidade com as quais lida assumindo um compromisso com a justiça e a democracia.

Outro fator que merece destaque é o exercício da prática em condição de precariedade, ferindo os princípios do Código de Ética. Segundo os artigos 4º e 5º da Lei nº. 8.662/93 o assistente social deve dispor de condições adequadas e dignas

necessárias a atuação técnica – operativa, e este direito assegurado está sendo descumprido por todas as instituições visitadas.

Assim, acreditamos que este cenário de precariedade se dá pelos descasos dos nossos governantes no que tange as políticas públicas, já que esta situação não está limitada ao cenário educacional, mas abrange as demais áreas, é uma questão da conjuntura atual. Nesta conjuntura a realidade é o principal obstáculo a ser superado, desse modo efetivar a prática pautada nos preceitos do Código de Ética da categoria é remar na contramão.

Há de se considerar que a implantação da equipe multidisciplinar no âmbito educacional se deu a partir da demanda, visando a ampliação da política educacional, de modo a ser garantido o acesso do sujeito a educação, mas acima de tudo a qualidade do ensino, cabe ao assistente social ampliar e contribuir para esta garantia.

A partir do exposto podemos afirmar que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais se dá mais pelo desempenho e pelo comprometimento destes, do que pelas condições oferecidas pelos órgãos cabíveis, ficando evidente que este profissional está sincronizado com a realidade a qual intervém.

Finalizando, esperamos que este trabalho tenha contribuído para subsidiar discussões futuras, no tocante ao aprofundamento da temática em questão, longe de se esgotar esta discussão, vislumbramos melhores condições de trabalho e salários, posto que se constitua um espaço de mediação em uma sociedade desigual e excludente, tornando os espaços do assistente social canais de universalização e viabilização de direitos.

Referências

ALVIM, Mônica Botelho. **A relação do homem com o trabalho na contemporaneidade:** uma visão crítica fundamentada na Gestalt Terapia: Estudo e Pesquisa em Psicologia, UERJ, ano 6, N.2, 2º semestre de 2006. Disponível em: <http://www.pepsi.bvs-psi.org.br> Acesso em: 03/12/2009.

ARANHA, M. L. de. **História da educação.** 2 ed.São Paulo: Moderna, 1996.p.65.

BARROCCO, M.L.S. **Ética e Serviço Social:** Fundamentos ontológicos. -4ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____.**Lei 8862/93 de Regulamentação da Profissão.** Brasília, 1993.

_____.**Estatuto da Criança e do Adolescente/Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social.-** Brasília: MEC, ACS, 2005.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **As atuais demandas postas ao assistente social:** entre as transformações do mundo do trabalho e as metamorfoses da questão social. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa-PB, 2002

COSTA, G.M. **O complexo Serviço Social.** I: _____. Amaral, Maria Virgínia Borges: TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes (orgs): Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais. Maceió: Edupé, 2001. P.71-83

FALEIROS, **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social.** 2ªed. São Paulo: Cortez, 1981.

FERNANDES, Angela Viana Machado. **A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996: Entre o Texto e o Contexto.**

FRIGOTO, Gaudêncio. **Política Educacional e questão social.** Em Foco. ed. 03, Rio de Janeiro. Vênus Luar Artes Gráficas Editora Ltda. 2008. p. 13 – 18.

FRITSCH, Rosângela. **Planejamento estratégico: instrumental para a intervenção em serviço social.** In Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 17, n. 52, p. 127 – 145, dez. 1996.

GRANEMANN, Sara. **Processo de trabalho e Serviço Social.** IN: CEFESS, ABEPSS, Unb. (org). Trabalho, Reprodução Social e Serviço Social. 1ªed. Brasília: CEAD/Unb, 1999, v.02, p.154-166.

HOLANDA, Mª Norma Alcântara Brandão de. **O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre o trabalho**

e Serviço Social. In:_____ Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez. 2002. N.69. Ano. XXII. p.4-29

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 5ªed. – São Paulo. Cortez. 2001

_____**CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológico.** – 12ª. Ed. – São Paulo: Cortez, 1998.

LANGER, André. Vinculando, org. **O Conceito de Trabalho em André Gorz:** 27/agosto/2004. Disponível em: www.vinculando.org Acesso em: 03/12/2009.

LAROSA, Patrícia. **Serviço Social: Identidade Atribuída versus Identidade Reelaborada.** Disponível em: www.graturck.com.br Acesso em: 26/10/2010.

LAUDARES, João Bosco. **As relações de trabalho numa sociedade capitalista.** Disponível em: www.ppgte.ct.utfpr.edu.br Acesso em: 07/12/2009.

LESSA, Sérgio. **O Processo e Produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade.** São Paulo. Bontempo, 2006

_____**Serviço Social e Trabalho: do que se trata?**Disponível em: WWW.sergiolessa.com Acesso em:26/10/2010.

_____**Assistentes Sociais e Trabalhadores. In: Serviço Social: temas em debate.** Maceió: Edufal, 2002.

MARTINELLI, M. L. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** – 7ª Ed. São Cortez, 2001.

MARX, Karl, 1818 – 1883. **O Capital: crítica da economia política:** Livro I / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 18ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NETTO, João Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64.** – São Paulo: Cortez, 1991.

OMENA, Valéria Coelho de. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e o Processo de Renovação Crítica da Profissão a partir da década de 1980 no Brasil.** Disponível em: <http://www.scrib.org.br> Acesso em 20/10/10

RIBEIRO, Vera Masagão de. **Visões da educação de Jovens e Adultos no Brasil.** JOIA, Orlando; PIERRO, Maria Clara (orgs): In: Caderno Cedes, ano XXI, nº55, novembro, 2001.

SANT'ANA, Raquel Santos. **O desafio da implantação do projeto ético político do Serviço Social.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, v.62, p.68-72, 2000

TELLES, Vera da Silva. **Questão Social: afinal do que se trata?** São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n 4, out – dez / 1996. p. 85 – 95 Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_quest.htm Acesso em : 26/10/2010

ANEXOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do Projeto: Análise das condições de trabalho do Assistente Social no âmbito educacional no município de Campina Grande-PB

Pesquisador Responsável: Terçália Suassuna Vaz Lira

Telefone para contato: (83) 9148-1298

Pesquisador Participante: Aldeci Ramos

Telefone para contato: (83) 8880-8625, (83) 3463-2518, (83) 9929-9141

E-mail: aldeci.ss_2005@hotmail.com

A pesquisa tem por objetivo analisar as condições de trabalho do Assistente Social no âmbito educacional, buscando traçar o perfil dos profissionais que se encontram inseridos neste contexto, conhecendo as suas opiniões sobre as condições de trabalho que lhe são oferecidas, bem como, verificando os limites e as possibilidades da sua atuação profissional.

Os benefícios decorrentes desta participação, remete a importância dos dados que serão coletados e que servirão de subsídios para impulsionar discussões no tocante ao aprimoramento desta prática em questão.

Na coleta de dados será utilizada a entrevista semi-estruturadas através do uso de gravador.

Conforme prevê a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que estabelecem diretrizes e normas reguladoras de pesquisa envolvendo seres humanos, será assegurado o sigilo das informações coletadas, bem como, o anonimato dos entrevistados, informações estas que só serão coletadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, estabelecendo acessibilidades aos objetivos e resultados da pesquisa, ficando-lhes assegurado a liberdade de retirar o seu consentimento sem que lhes cause qualquer tipo de danos.

ALDECI RAMOS

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, -----, RG-----
-----, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “*A Análise das condições de trabalho do Assistente Social, no âmbito educacional no município de Campina Grande – PB.*” como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador (a) Aldeci Ramos, sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me leve a qualquer penalidade ou prejuízo.

Local e data-----

Nome-----

Assinatura-----

Questionário para as entrevistas.

- 1) Idade
- 2) Sexo
- 3) Ano de formação
- 4) Estado Civil
- 5) Salário
- 6) Tem alguma pós-graduação
- 7) Se tem, em qual área?
- 8) Há quanto tempo trabalha como assistente social?
- 9) Você é concursado ou prestador de serviço?
- 10) Escola que atua
- 11) Já atuou em alguma outra área que não a educacional?
- 12) Qual a sua jornada de trabalho?
- 13) Você gosta de trabalhar na educação ou gostaria de estar atuando em outra área?
- 14) O que faz na sua prática cotidiana?
- 15) Quais instrumentos utilizados?
- 16) Quais os tipos de recursos que você dispõe para desenvolver seu trabalho?
- 17) Tem apoio e reconhecimento dos demais técnicos da instituição?
- 18) Desenvolvem atividades conjuntas? Quais? Em que ocasião?
- 19) Quais profissionais?
- 20) Como avalia suas condições de trabalho?
- 21) Quais as maiores dificuldades encontradas?
- 22) Desenvolve algum projeto específico voltado para a família?
- 23) Participa de algum conselho ou fórum no âmbito educacional?
- 24) O que gostaria de desenvolver na escola?
- 25) Porque não desenvolve?
- 26) Para você qual o papel do serviço social na área educacional?
- 27) Quais os principais desafios?
- 28) Que possibilidades você identifica no trabalho do serviço social na área educacional?

APÊNDICES

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do Projeto: Análise das condições de trabalho do Assistente Social no âmbito educacional no município de Campina Grande – PB.

Pesquisador Responsável: Terçália Suassuna Vaz Lira

Telefone para contato: (83) 9148-1298

Pesquisador Participante: Aldeci Ramos

Telefone para contato (83)8880-8625, (83)3463-2518, (83)9929-9141

Emai-l: aldeci.ss_2005@hotmail.com

A pesquisa tem por objetivo analisar as condições de trabalho do Assistente Social no âmbito educacional, buscando traçar o perfil dos profissionais que se encontram inseridos neste contexto, conhecendo as suas opiniões sobre as condições de trabalho que lhe são oferecidas, bem com, verificando os limites e as possibilidades da sua atuação profissional.

Os benefícios decorrentes desta participação, remete a importância dos dados que serão coletados e que servirão de subsídios para impulsionar discussões no tocante ao aprimoramento desta prática em questão.

Na coleta de dados será utilizada a entrevista semi-estruturadas através do uso de gravador.

Conforme prevê a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que estabelecem diretrizes e normas reguladoras de pesquisa envolvendo seres humanos, será assegurado o sigilo das informações coletadas, bem como, o anonimato dos entrevistados, informações estas que só serão coletadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, estabelecendo acessibilidade aos objetivos e resultados da pesquisa, ficando-lhes assegurado a liberdade de retirar o seu consentimento sem que lhes cause qualquer tipo de danos.

ALDECI RAMOS.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, -----, RG-----
-----, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “A Análise das

condições de trabalho do Assistente Social no âmbito educacional no município de Campina Grande – PB.” como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador (a) Aldeci Ramos, sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me leve a qualquer penalidade ou prejuízo.

Local e data-----

Nome-----

Assinatura-----

- 1) Idade
- 2) Sexo
- 3) Ano de formação
- 4) Estado civil
- 5) Salário
- 6) Tem alguma pós – graduação
- 7) Se tem, em qual área?
- 8) Há quanto tempo trabalha como assistente social?
- 9) Você é concursado ou prestador de serviço?
- 10) Escola que atua
- 11) Já atuou em alguma outra área que não a educacional?
- 12) Qual a sua jornada de trabalho?
- 13) Você gosta de trabalhar na educação ou gostaria de estar atuando em outra área?
- 14) O que faz na sua prática cotidiana?
- 15) Quais instrumentos utilizados?
- 16) Quais os recursos que você dispõe para desenvolver seu trabalho?
- 17) Tem apoio e reconhecimento dos demais técnicos da instituição?
- 18) Desenvolvem atividades conjuntas? Quais? Em que ocasião?
- 19) Quais profissionais?
- 20) Como avalia suas condições de trabalho?
- 21) Quais as maiores dificuldades encontrada?
- 22) Desenvolve algum projeto específico voltado para a família?

- 23) Participa de algum conselho ou fórum no âmbito educacional?
- 24) O que gostaria de desenvolver na escola?
- 25) Porque não desenvolve?
- 26) Para você qual o papel do serviço social na área educacional?
- 27) Quais os principais desafios?
- 28) Que possibilidades você identifica no trabalho do serviço social na área educacional?